

PROGRAMA DE GOVERNO

SÃO JOÃO DEL REI - MINAS GERAIS

2024

SÃO JOÃO DEL REI NAS MÃOS DOS(AS) TRABALHADORES(AS)

**FORTALECER UM PROJETO
SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO**



PSTU
SÃO JOÃO DEL REI - MG

SÃO JOÃO DEL-REI NAS MÃOS DOS(AS) TRABALHADORES(AS)

FORTALECER UM PROJETO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Nestas eleições, o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado apresenta um programa socialista e revolucionário para a classe trabalhadora e o povo trabalhador de São João del-Rei. A cidade está cansada do mais do mesmo, sendo governada pelos mesmos grupos políticos que se revezam no poder, sempre em benefício dos ricos. Nossa proposta visa aproveitar a oportunidade das eleições municipais para discutir problemas e apresentar soluções classistas para os desafios do cotidiano da cidade. Para isso, a mobilização popular e da classe operária é fundamental para enfrentar os interesses dos bilionários no mundo e no Brasil.

Renovar e mudar a prefeitura de São João del Rei significa eleger candidatos do PSTU para a prefeitura e a Câmara Municipal. O PSTU sempre esteve e estará na luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora, não dos ricos. Nosso programa visa construir uma cidade para os(as) trabalhadores(as), direcionando o orçamento municipal para as necessidades prioritárias, como saúde, emprego, transporte, moradia, educação e segurança, defendendo a luta pelo socialismo nestas eleições.

Queremos a cidade nas mãos dos trabalhadores

APRESENTAÇÃO

A campanha do PSTU quer ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, dos bairros populares, da periferia.

Em defesa de uma vida digna, do emprego, do salário, da educação e saúde públicas e gratuita, da moradia, do saneamento básico para todos e do transporte público de qualidade, é preciso enfrentar os bilionários e todos aqueles que governam para os ricos e corruptos.

Nós queremos apresentar propostas emergenciais e uma saída operária e socialista. Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, dos grandes supermercados são os donos do poder. Nós queremos a cidade nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre. Por isso, defendemos um governo socialista dos trabalhadores.

A cidade deve ser controlada por comitês ou conselhos populares organizados nos bairros, na periferia, nos locais de trabalho, na educação, na saúde. Que seja o povo a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público e vigiar sua aplicação. A Câmara deve se submeter aos Comitês Populares. Todo político deve ter mandato revogável, e nenhum político deve poder ganhar mais do que um operário ou uma professora.

Sempre tivemos como princípio não aceitar receber dinheiro de empresas, porque sabemos que quem paga a banda escolhe a música. Nós fazemos questão de ser financiados pela classe trabalhadora e pelo povo pobre. As eleições são uma disputa de cartas marcadas. São antidemocráticas. Um partido como o PSTU não tem tempo na televisão e não pode participar de debates, enquanto os grandes partidos têm todo tempo do mundo e rios de dinheiro de empresários e corruptos. Não vamos mudar pra valer a cidade ou o país com eleições, e sim com a luta unificada dos trabalhadores. Mas eleger revolucionários e socialistas do PSTU fortalece a luta dos trabalhadores.

Vamos tomar as cidades para os trabalhadores, como um quilombo socialista, uma trincheira de luta. Vamos lutar para colocar a cidade ao serviço da classe trabalhadora, da juventude, do povo pobre das periferias, dos negros, LGBTQs e mulheres da classe trabalhadora em tudo que temos direito. Mas uma gestão socialista também fará das cidades um ponto de apoio na luta para mudar o país e o mundo, para acabar com a exploração e com o sistema capitalista.

Uma trincheira na luta por uma sociedade socialista, onde a produção não esteja ao serviço do lucro de um punhado de bilionários e da exploração e da miséria de milhões, mas sim ao serviço das necessidades da maioria do povo pobre e trabalhador, da igualdade. Cada voto no PSTU, no 16, vai ser útil para fortalecer o projeto revolucionário e socialista e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mulheres e LGBTQs para mudar de verdade tudo isso que está aí.

UMA SÃO JOÃO DEL-REI E DUAS REALIDADES: A CIDADE DOS RICOS E POLÍTICOS DE CARREIRA E A CIDADE DO POVO

As eleições burguesas são apresentadas como um exercício civilizatório, onde a cidadania é exercida e existe igualdade entre as classes na escolha de seus representantes. Na prática, essa igualdade não é real, sendo apenas formal, ocultando a desigualdade econômica e social entre as classes. Existe produção abundante de riqueza num município com menos de 100 mil habitantes, mas essa riqueza é apropriada por poucos, e o poder público municipal, além de limitado pelos mecanismos fiscais, age em última instância como agente da burguesia local.

Riqueza concentrada

A receita da prefeitura de São João del-Rei supera 300 milhões de reais anualmente, com taxas de crescimento acima da inflação e superávit nos últimos seis anos (o superávit de 2022 foi de 30,65 milhões de reais). O município finalizou o 1º trimestre de 2024 com a balança comercial superavitária em US\$13,9 milhões, principalmente devido à exportação de produtos de ferro fundido, ferro e aço. No entanto, essa riqueza não se traduz em melhorias para a população.

Cidade empobrecida

Apesar do superávit orçamentário, há um crescente empobrecimento da população. Entre março de 2023 e março de 2024, o número de famílias em situação de rua aumentou 53%, com 272 famílias nesta condição em janeiro de 2024. O custo da alimentação é um desafio, com a cesta básica em maio de 2024 custando R\$ 601,83

(quase metade de um salário mínimo). A média salarial na cidade em 2022 era de 2,4 salários mínimos, enquanto o salário mínimo necessário para uma família de quatro pessoas seria de R\$ 5.055,98, sendo o setor de serviços o maior empregador, seguido pelo comércio que remunera mal e explora principalmente a mão-de-obra feminina.

As escolhas políticas são uma questão de classe

São João del-Rei é uma cidade rica, mas a classe trabalhadora sofre com habitações inadequadas, escolas mal equipadas, falta de creches, clínicas sem materiais e médicos, asfaltamentos de má qualidade, transporte caro e sucateado. A prefeitura favorece os ricos, transferindo recursos para empreiteiras, empresários e banqueiros, enquanto os investimentos beneficiam principalmente os bairros mais ricos e a especulação imobiliária. Esse é o verdadeiro gargalo das contas municipais.

Um programa nacional necessário para mudanças profundas em São João del-Rei

A situação só pode ser resolvida fora dos marcos do capitalismo. É preciso enfrentar o roubo causado pelo sistema de exploração. Defendemos substituir a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Arcabouço Fiscal pela Lei de Responsabilidade Social, taxar as fortunas, lucros e dividendos dos bilionários. Também propomos estatizar as 250 maiores empresas, começando pela reestatização das estatais privatizadas e serviços públicos.

Chega de privilégios! Acabar com a mamata dos gabinetes de vereadores e prefeito!

No Brasil, enquanto os bilionários enriquecem, a maioria da população enfrenta dificuldades. Os políticos recebem salários muito superiores à média dos trabalhadores, além de regalias e benefícios. Defendemos que vereadores e prefeitos recebam um salário igual ao de um operário ou professor, no máximo o teto do INSS, e que decisões sejam tomadas de forma transparente, sem privilégios e negociatas. Atualmente prefeito e vice recebem um salário bruto de 16 mil e 11 mil reais, respectivamente, já os vereadores aprovaram um aumento de seus salários que chegará a 10 mil reais. Um operário metalúrgico, como exemplo, recebe 4 vezes menos que estes senhores se expondo a riscos diversos e jornadas extenuantes.

Conselhos populares: democracia real e direta

Propomos a formação de conselhos populares, compostos por delegados eleitos com mandatos revogáveis, baseados em entidades operárias, populares e democráticas. Esses conselhos serão a base de um verdadeiro governo dos trabalhadores, permitindo a participação direta do povo nas decisões da administração e controlando o orçamento dos bairros, da cidade e do país. As instituições dos ricos funcionam contra nossos interesses, mas nossa organização e autodefesa podem mudar isso.

Quem são os representantes dos políticos tradicionais e dos empresários nessas eleições?

Candidatos tradicionais como Jânia Costa, Aurélio Suenes e Victor Agostini representam a continuidade da exploração e manutenção da ordem capitalista. Do lado da conciliação de classes, temos Livia, vereadora que fez oposição tímida a Nivaldo, expressando a continuidade das gestões petistas, que trouxeram grande insatisfação

entre os trabalhadores. É hora de dar poder ao povo trabalhador e acabar com os privilégios dos políticos.

Chega de promessas vazias, é hora de agir nas lutas e nas eleições. Nossa candidatura é um instrumento para mobilizar e auto-organizar os trabalhadores e o povo na luta por uma São João del Rei justa e igualitária.

PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO E SOCIALISTA

PLANO DE OBRAS PÚBLICAS

No capitalismo as obras são feitas de forma anárquica, para atender ao interesse por lucro e não às necessidades das pessoas. São João del Rei é um exemplo particular de onde não existe planejamento nem consulta à população sobre onde e como investir o dinheiro público, existe na verdade uma verdadeira farra do dinheiro dos contribuintes.

Obras como da Avenida Leite de Castro, além da necessidade questionável, consumiu mais de 2 milhões de reais (mais do que as despesas da Secretaria Municipal de Saúde no ano de 2023, que foi de 1,5 milhões de reais) e transtornos que parecem não terminar. A obra de canteiros da Avenida Trinta e um de março ocasionou dezenas de acidentes, retrabalho e ainda a implementação de radares com quebra-molas injustificados. Existem problemas recorrentes e previsíveis com a falta de escoamento para as chuvas, fruto do asfaltamento de cunho eleitoral (consomem em torno de 30 milhões de reais), suposta revitalização das margens do córrego do Lenheiros que deveria cumprir com a função de conter as enchentes e dar vida ao rio custa aos cofres públicos 3,8 milhões de reais.

Foram empenhados 20 milhões em iluminação, inicialmente atendendo áreas centrais da cidade, com muita luta e exigência dos moradores e movimentos dos bairros periféricos foi substituída a iluminação destes bairros.

A prefeitura chegou a abrir um processo licitatório no valor de 1,2 milhões de reais para construção de um estádio para atender ao Athletic enquanto sequer temos um Hospital Público na cidade.

Enquanto isso, nos bairros periféricos se convive com problemas de saneamento, falta água com recorrência e não existem ambientes recreativos para as crianças. A formação de um cadastro de desempregados e o apoio à retomada da construção de moradias populares para as famílias mais pobres, pelo sistema de mutirão, dando função social a prédios públicos inutilizados como EXPOMINAS, seria uma primeira medida importante para responder a esta situação.

Defendemos a organização das trabalhadoras e trabalhadores da cidade em conselhos populares que mobilizados deliberarão sobre as prioridades em um plano de obra públicas, garantindo emprego, estabelecendo o direito à cidade, moradia digna e controle para onde e como o dinheiro de seu trabalho será utilizado.

TRANSPORTE PÚBLICO

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora é o transporte público e a mobilidade urbana. Grande parte dos trabalhadores depende do transporte público para ir ao trabalho. Muitos moram em áreas onde ele não chega. As altas tarifas corroem boa parte dos salários.

Para trabalhadores e estudantes com deficiência física, a falta de transportes adaptados e de profissionais capacitados para o atendimento traz grandes obstáculos. Para pessoas com mobilidade reduzida e/ou comprometida, o uso do transporte público é dificultado. Além disso, para trabalhadores assalariados, informais e desempregados, muitas vezes não é possível pagar a tarifa.

Transporte Rodoviário

É inadmissível que uma empresa exploradora como a Viação Presidente continue controlando o transporte público da cidade! Esta empresa opera de forma irregular, não passou por licitação para concessão do transporte, dá calote sistematicamente em seus funcionários, atrasa pagamentos e cobra abusivos R\$4,30 de tarifa (e ainda tem a pachorra de querer subir para R\$4,75). Para efeito de comparação, em uma cidade significativamente maior como Juiz de Fora, o preço da tarifa do ônibus urbano é fixado em R\$3,75. Sem contar a cobrança dos distritos, a redução de linhas e o sucateamento da frota, que traz riscos aos trabalhadores e passageiros.

A única justificativa para a Presidente permanecer extorquindo os sanjoanenses é a cumplicidade entre o poder público e o interesse privado dos empresários. É preciso enfrentar essa situação com a mobilização da população.

Em 2021, durante a pandemia, a empresa deixou centenas de trabalhadores com salários atrasados por três meses e sem receber o vale-alimentação, o que provocou uma grande revolta da população e resultou em uma greve que durou quase uma semana. Os trabalhadores deram um exemplo de defesa de suas condições de vida e de como responder à chantagem patronal!

O transporte público é um direito básico e deve garantir qualidade dos meios, acessibilidade e gratuidade para estudantes e trabalhadores desempregados. Isso só é possível municipalizando o transporte, retirando-o das mãos do interesse privado pelo lucro e colocando-o sob comando dos trabalhadores que usam e fornecem o transporte coletivo.

Para as mulheres, o uso do transporte público ou a ausência dele traz ainda mais dificuldades. Elas são assediadas nos transportes lotados ou se expõem ao risco de sofrerem violência quando têm que caminhar em vias pouco movimentadas e/ou mal iluminadas para chegar ao trabalho.

Só o que garante salário digno, serviço de qualidade e tarifa social é o controle da população através de conselhos deliberativos com revogabilidade de mandatos. Fora isso, é um jogo de cartas marcadas que visa abocanhar dinheiro da população.

Além do transporte público coletivo, que deve ser fornecido e incentivado, é preciso repensar a logística das vias da cidade, que estão abarrotadas de carros. É necessário

elaborar, junto aos conselhos populares, um plano de mobilidade urbana e implementar ciclovias.

Por uma Cidade Acessível aos Trabalhadores e Democrática

Transitar pela cidade não é tarefa fácil. As ruas não estão preparadas para o trânsito de pessoas com deficiência física, idosos e crianças em carrinhos. As faixas de pedestres estão colocadas em lugares inadequados. Calçadas irregulares, sem calçamento e esburacadas. A sinalização inadequada e a falta dela dificultam o trânsito de pessoas e veículos.

O transporte público deve ser de qualidade e acessível de forma a incentivar seu uso. Assim, teremos um trânsito melhor, com a diminuição do fluxo de veículos, o que vai refletir na qualidade do ar, uma vez que menos poluentes serão emitidos.

Defendemos:

- Municipalização do transporte público;
- Valorização dos profissionais do sistema de transporte com escala de trabalho reduzida, salário justo e condições dignas de trabalho;
- Redução da tarifa de ônibus para o preço de custo;
- Tarifa zero para a classe trabalhadora desempregada, aposentados e estudantes;
- Garantia de investimento em equipamentos urbanos nos bairros, como bancos, áreas de lazer e comércio local;
- Transbordo municipal no ponto da rodoviária, interligando todas as linhas da cidade;
- Pavimentação de ruas e calçadas em toda a cidade, garantindo a facilidade de circulação de ônibus e trânsito de pedestres;
- Sinalização e iluminação adequada nas ruas da cidade e distritos;
- Incentivo ao uso de bicicleta com a construção de ciclovias para deslocamento ao trabalho, escolas, universidades e para a prática de esporte e lazer;
- Programa municipal de educação para o trânsito em todas as escolas de educação básica do município, através de parceria entre a Secretaria Municipal de Trânsito, Educação e Guarda Municipal;
- Conselhos deliberativos de usuários e trabalhadores para controlar o transporte público. Quem usa e gere o transporte deve decidir sobre ele.

EDUCAÇÃO | PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE COM VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

No Brasil, a dicotomia entre educação pública e privada é evidente, com muitas instituições privadas dependendo de subsídios do Estado para funcionar. A Constituição assegura a vinculação de receitas para a Educação, uma conquista fundamental, embora ainda insuficiente. Os valores destinados são bem abaixo do necessário; os

investimentos totais em educação nunca alcançaram os 10% do PIB, meta estabelecida nos últimos planos decenais de educação. Em 2022, esse percentual foi de apenas 5,5%. Em termos de investimento por estudante, o Brasil está entre os piores do ranking da OCDE e seus parceiros.

Os investimentos públicos são especialmente deficientes, exacerbados pela grande transferência de recursos públicos para o setor privado, que não chega integralmente aos estudantes.

Ataques à educação pública e aos trabalhadores da educação são frequentes e vêm de todas as esferas de governo. É raro encontrar um governo, seja municipal, estadual ou federal, que não tenha retirado direitos ou promovido campanhas contra os trabalhadores das instituições públicas de educação. A ultradireita, por exemplo, promove ataques diretos com iniciativas como o Escola Sem Partido, o Novo Ensino Médio (NEM), Escolas Cívico-Militares, a privatização de escolas públicas transferindo sua administração para organizações sociais, cortes de verbas para a pesquisa e políticas de compra de vagas em instituições privadas.

Governantes de campos supostamente progressistas também contribuem para a deterioração da educação pública, promovendo parcerias público-privadas, terceirizações, contratos de trabalho precários, desprofissionalização da educação, manutenção de regimes de bolsas para instituições privadas (como FIES e Prouni), e redução dos salários dos trabalhadores da educação. Em Minas Gerais, o governo de Romeu Zema (NOVO) aplica uma política que promove a privatização e enfraquece a educação pública.

O piso salarial nacional do magistério é tratado como teto salarial no estado. Em São João del-Rei, as carreiras foram gradualmente desvalorizadas. A rede estadual inclui escolas cívico-militares e, desde 2022, com o projeto SOMAR, tem transferido a administração de escolas públicas para a gestão privada. A pressão pela municipalização das escolas também cresce, como vimos na tentativa de Nivaldo e Zema municipalizar a E.E. Aureliano Pimentel.

São João del Rei tem Verba e deve ser usada em educação

Apesar do aumento contínuo da arrecadação municipal há uma tendência de queda das chamadas despesas com pessoal (Apenas 42,74% da receita corrente líquida do município em 2023. Muito abaixo até mesmo do “limite prudencial” da Lei de Responsabilidade Fiscal que é 51,3% e do limite propriamente dito que é de 54%). Ou seja, a prefeitura arrecada mais e paga menos os servidores (funcionários públicos, trabalhadores da educação, professores, etc.)

Este ano, testemunhamos a precariedade e o abandono da rede municipal por parte da Prefeitura. Um exemplo claro desse descaso é o caso da Escola Municipal Maria Tereza. Há anos, a escola necessita de reformas em seu espaço físico, problema que persiste não apenas na atual gestão, mas em gestões anteriores. Diversas vezes, o Sindicato da categoria, o Sind-UTE, o Ministério Público e os próprios vereadores de São João del Rei foram alertados sobre as condições das escolas, incluindo a Escola Maria Tereza, com relatos de profissionais que trabalham no local. Contudo, nada foi feito, nem pelo poder público, nem pelos vereadores, nem pela prefeitura.

Essa situação é uma demonstração clara de abandono. O mesmo ocorre com os trabalhadores e auxiliares, muitos dos quais trabalham sem Equipamentos de Proteção Individual (EPI), colocando em risco sua própria saúde e a dos alunos. A Prefeitura de São João del Rei tem abandonado a educação na cidade.

Pra piorar paga a educação básica bem próximo do mínimo constitucional. Em 2022 foram 28,94% da receita (em torno de 179 milhões de reais), sendo o mínimo constitucional 25% da receita de Impostos e Transferência.

Por um ensino público e de qualidade

A educação não deve atender aos interesses do sistema capitalista, cujo objetivo principal é preparar a mão-de-obra para o mercado de trabalho. Ao contrário, a educação deve priorizar a aquisição de conhecimento e a formação integral do ser humano, preparando-o para uma vida plena em sociedade. Seu objetivo deve ser a formação de pessoas com senso crítico, capazes de analisar a sociedade em sua totalidade e identificar seus problemas de forma objetiva. A educação deve capacitá-los a resolver esses problemas coletivamente. É essencial que a educação esteja a serviço da classe trabalhadora e seja vista como um interesse social. Através da educação, devemos combater o machismo, o racismo, a lgbtfobia e qualquer forma de preconceito. Para isso, a educação deve ser pública, gratuita, de qualidade e laica.

Defendemos:

- Resgate da carreira e do pagamento do piso salarial nacional de docentes para a jornada de trabalho da rede e criação de pisos salariais para trabalhadores em educação do quadro administrativo, melhorias no plano de carreira, incentivo à formação e capacitação contínua;
- Redução do número de estudantes por turma, ampliação da relação entre estudo e planejamento para os trabalhadores.
- Descentralização dos recursos das verbas e reforço da gestão democrática.
- Garantir o atendimento da EJA em todas as escolas onde houver demanda e estimular a verdadeira demanda.
- Investir 30% do total da arrecadação em educação.
- Descentralização da estrutura educacional, de forma a ampliar a gestão democrática, política e administrativa, fortalecimento dos conselhos escolares.
- Escolha do cargo de Secretário Municipal de Educação através de eleição feita pelos trabalhadores em educação.
- Eleição direta dos diretores de escolas municipais pelos professores e pela comunidade escolar.
- Posicionamento contrário a projetos de retrocesso educacional como os defendidos pelas bancadas fundamentalistas ao tentarem impor a proibição de uma educação que garanta a diversidade e pluralidade do ensino.
- Oferecer equipamento de proteção individual adequados ao trabalho;
- Disponibilizar materiais de limpeza de qualidade e em quantidade adequada;

- A universalização da educação infantil na modalidade “creche” em horário integral para as crianças nesta faixa na rede pública de educação municipal;
- Escola em tempo integral para todos os estudantes da rede municipal com espaço e atividades adequados e alimentação de qualidade;
- Equipar as escolas com recursos tecnológicos. Aquisição materiais pedagógicos e de consumo em qualidade e quantidades suficientes;
- Uniforme e material de estudos oferecidos gratuitamente para todos os alunos da rede municipal;
- Aquisição de gêneros alimentícios de qualidade para a alimentação escolar priorizando os produtos da agricultura familiar local e produção das mulheres;
- Construção de sedes próprias e adequadas para as escolas de educação infantil;
- Reforma e melhorias na escola municipais;
- Transporte escolar seguro e de qualidade;
- Incentivo à prática esportiva em parceria com a secretaria de esporte. Promover os jogos escolares de várias modalidades envolvendo as escolas municipais, estaduais e particulares;
- Aquisição de materiais esportivos, jogos, brinquedos e outros para incentivar a educação física nas escolas municipais;
- Valorização da cultural local e da história em parceria com a secretaria de cultura.

SAÚDE | AMPLIAÇÃO GERAL DO SUS E ESTATIZAÇÃO DOS HOSPITAIS E DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRIVADOS

A epidemia de dengue, zika e chikungunya trouxe a necessidade de maior investimento em saúde e em saneamento básico. No Brasil, já são mais de 4 milhões de casos suspeitos e confirmados de dengue e mais de 1600 mortes confirmadas da doença, sendo Minas Gerais um dos estados com mais casos no país. A pandemia de COVID-19, que matou mais de duzentos sanjoanenses e trouxe sequelas para centenas de outros, juntamente com os surtos recentes de dengue sem precedentes e o evento trágico de três óbitos de crianças suspeitas de contaminação com a bactéria *Streptococcus*, demonstraram a situação caótica do sistema de saúde em nossa cidade. A UPA e Unidades Básicas de Saúde lotadas são parte do cotidiano em nossa cidade.

Filas para conseguir procedimentos, atendimentos médicos agendados para meses depois (como se fosse possível prever enfermidades), falta de recurso hospitalar. O plantão pediátrico, conquistado pela reivindicação de diversas mães, não atende adequadamente à demanda das crianças da cidade e região.

Mesmo com o aumento dos casos de dengue, Romeu Zema (NOVO) investiu, em 2023, um valor de R\$ 64,4 milhões no combate às arboviroses, valor menor do que em 2021 e

2022. Isso levou ao repasse aos municípios de valores abaixo dos necessários para o combate à dengue.

Para o combate à dengue, é necessário investimento real nos equipamentos de saúde e em políticas específicas como fumacê, aumento dos profissionais agentes de saúde e de combate às endemias (ACS e ACE) e campanhas educativas. Somado a isso, a nomeação de profissionais de saúde possibilitaria reduzir as demoras no atendimento. Além disso, a melhoria na estrutura da cidade, como saneamento básico, reduziria focos de transmissão.

Para garantir estes investimentos e a ampliação do serviço de saúde pública, propomos a estatização de toda a rede privada, a encampação de todos os hospitais e equipamentos, com a contratação de todos os profissionais da área pelo Estado.

A saúde em nosso país não atende às necessidades da classe trabalhadora e do povo pobre, e em nossa cidade não é diferente. A cada ano, fica mais evidente que a saúde não é prioridade para os governantes. Faltam médicos nos Postos de Saúde, exames demoram meses ou anos para serem liberados, pessoas morrem pela falta de atendimento, e alguns políticos ainda se aproveitam da enfermidade e da dificuldade de acesso à saúde para se promoverem diante do sofrimento das famílias.

Saúde não pode ser privatizada: Saúde pública, gratuita e de qualidade

A privatização dos serviços de saúde ocorre quando o Estado permite a apropriação de grupos privados das verbas públicas, mesmo que se garantam serviços gratuitos. As formas de apropriação privada podem ser transferência direta de fundo público e de patrimônio público e economias mistas. Mesmo com a Constituição de 1988 e a Lei 8080/90, o setor privado continuou a receber subsídio público. Houve a ampliação do sistema público, mas com a relação entre esses dois setores, gerando contradições e disputa do dinheiro estatal.

Em São João del Rei, existe uma quadrilha organizada de médicos onde só familiares e amigos têm o monopólio e se enriquecem. O Hospital Nossa Senhora das Mercês e a Santa Casa da Misericórdia de São João del Rei recebem verbas do Estado, mas quando o trabalhador precisa de atendimento, a primeira pergunta é se o tem Plano de Saúde ou se será pago. Se não tem plano ou dinheiro, não é atendido. Basta de descaso com a saúde em nossa cidade.

As mulheres e a saúde

No quesito saúde, são as mulheres trabalhadoras as que mais sofrem com a falta de investimento, pois são a maioria dos usuários dos serviços públicos, seja por sua própria causa, seja pela responsabilização de acompanhamento dos filhos, pais, mães e familiares. São elas que enfrentam enormes filas, esperam meses por consultas especializadas e sofrem com a falta de profissionais. Por isso, a luta por uma saúde de qualidade, pública e acessível, é uma pauta das mulheres.

Além disso, os trabalhadores da saúde são compostos por um quadro majoritariamente feminino. A situação das profissionais da saúde é extremamente precarizada, com baixos salários e longas jornadas de trabalho, tendo que, na maioria das vezes, assumir dois empregos.

Idosos

Ampliação da política de saúde para os idosos Saúde e condições dos idosos Nossa política pública para aposentados incluirá a criação de áreas de lazer, oportunidades para exercícios físicos e acompanhamento e monitoramento da saúde dos idosos. Além disso, desenvolveremos políticas junto aos aposentados para avançar nesse tema, considerando que eles correspondem a aproximadamente um terço da população de São João del Rei.

Defendemos:

- Construção do Hospital Público Municipal em parceria com os cursos de Medicina da UFSJ, com atendimento gratuito e de qualidade para a população. É necessário quebrar o monopólio privado (assim chamada “máfia branca”) e garantir atendimento gratuito e de qualidade, valendo-se dos cursos de medicina oferecidos na cidade.
- Imediata estruturação permanente do Plantão Pediátrico
- Que o Hospital Santa Casa esteja a serviço da população de forma gratuita e de qualidade. Investimento para ampliação da UPA e contratação de mais profissionais.
- Investimentos e melhorias em todos os postos de Saúde.
- Investimento no laboratório Municipal para garantir a ampliação de exames à população de forma gratuita, rápida e com qualidade.
- Ampliação e construção das unidades básicas de Saúde. Implantação do CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador).
- Pagamento do piso nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE).
- Carga horária de 30h semanais para todos os profissionais de saúde.
- Aplicação integral do Piso Salarial da Enfermagem, valorizando os profissionais da saúde.
- Política de saúde para as mulheres que seja mais ampla que sua saúde reprodutiva, com políticas para mulheres negras e comunidade LGBTIs que abarque suas especificidades.
- Luta por um SUS 100% público, gratuito e de qualidade.
- Política de drogas com a legalização e descriminalização, garantindo campanhas de saúde pública e o atendimento estatal de saúde aos usuários.
- Garantir as visitas domiciliares a pacientes acamados e idosos.
- Ampliação dos CAPS, com funcionamento 24 horas, e do Núcleo de Saúde Mental para melhoria na assistência à saúde mental da população são-joanense.
- Criação do Consultório na Rua para atendimento em saúde à população em situação de rua.

SEGURANÇA | GARANTIR OPORTUNIDADE, DIMINUIR A DESIGUALDADE E DEMOCRATIZAR PARA COMBATER A VIOLÊNCIA

A classe trabalhadora e o povo pobre sofrem na pele com a violência que nos atinge em grande escala. O número cada vez maior de homicídios, tráfico de drogas e roubos é a consequência de um sistema econômico e social injusto e desigual. Para combatermos a violência, não adianta apenas irmos contra as consequências, mas, principalmente, precisamos combater suas causas. O povo precisa de trabalho, de salário digno, de acesso à saúde pública e educação de qualidade.

O poder repressivo da PM nos bairros periféricos e nas comunidades, a mando e com apoio dos governos, atua em grande escala contra a população negra. Não podemos aceitar que tamanha violência continue acontecendo. O Brasil vive um cenário permanente de guerra civil contra pobres, negros, indígenas, LGBTIs e periferias das grandes cidades. No campo, os trabalhadores rurais, sem terras, quilombolas, vêm suas terras serem invadidas, tomadas à força por capangas e ardendo nas chamas provocadas pelo agronegócio. Para manter esse estado permanente de terror, o Estado arma e forma braços armados como as PMs, e um verdadeiro exército de jagunços e seguranças privados, para oprimir e garantir seus interesses.

A guerra específica contra o tráfico de drogas já mostrou seu resultado: lucros dos grandes traficantes (que raramente são presos), prisões e mortes de jovens que não encontraram melhores oportunidades em suas vidas e o aumento da corrupção nas instituições policiais. Para combater o tráfico, é necessária a legalização das drogas. O governo deve regular a produção e venda de drogas, esclarecer a população sobre os malefícios que elas oferecem e garantir tratamento de saúde para os usuários.

A segurança pública no capitalismo está visivelmente na contramão de uma segurança da maioria da população. As secretarias de segurança e as polícias são braços armados do capital, dos banqueiros, latifundiários e do agronegócio. Esperar que esse Estado e suas instituições promovam uma reforma que vá humanizá-las não passa de uma cruel ilusão.

Não podemos mais aceitar a violência e a corrupção policial. Defendemos a unificação das polícias (militar e civil) e que passe a ter uma estrutura interna democrática, na qual os superiores sejam eleitos. Assim como os demais trabalhadores, os policiais devem ter direito à sindicalização e à greve. Os postos mais altos, como delegados, promotores e juízes, devem ser eleitos pelas comunidades.

O que temos atualmente, no geral, é o aprisionamento de pequenos ladrões, dos “aviões” do tráfico, etc. Defendemos a prisão dos grandes ladrões, dos importantes políticos desmascarados pelo roubo dos cofres públicos e dos empresários e banqueiros envolvidos em escândalos de corrupção, ou seja, de todos os criminosos de “colarinho branco” que hoje são imunes às leis.

Defendemos que a população, maior interessada no fim da violência, também participe deste processo, através da formação de grupos comunitários encarregados de controlar e trabalhar com os policiais nos bairros.

Defendemos:

- Somos contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude! Lutar não é crime! Ser pobre não é crime! Ser negro não é crime!
- Para haver segurança, primeiro tem que haver emprego e condições dignas de vida para todos e todas.
- Para que os trabalhadores e o povo pobre das periferias possam se sentir seguros nas cidades, as ruas, as praças, os parques, os becos e as vielas têm que ser retomados, têm de ser alimentados com atividades, com vida, com dinâmica, com gente circulando e convivendo.
- É preciso que as prefeituras garantam iluminação, acesso a wi-fi e que fomentem a realização permanente de atividades culturais, de esporte, lazer e formação, inclusive noturnas, dando a estes espaços vida e fortalecendo experiências de socialização entre as pessoas.
- É preciso acabar com a PM, uma polícia militarizada, formada para a guerra e para a repressão pura e simples a toda revolta social. Defendemos uma Polícia Civil Unificada, que seja radicalmente democratizada, cujos delegados e chefes, além de concursados, sejam eleitos diretamente pela população nas comunidades e nos bairros.
- Somos contra a Lei Antidrogas (11.343/2006) e a PEC 45/23 que não resolvem a questão da criminalização das drogas e dos usuários. Defendemos a legalização de todas as drogas e o controle da sua distribuição pelo Estado para acabar com o narcotráfico. Junto com isso, o Estado deve garantir campanhas de saúde pública e o atendimento estatal de saúde aos usuários. Nem o fim da PM ou a legalização das drogas é da alçada do município, mas uma cidade e uma prefeitura que levanten essas bandeiras contribuirão para a luta pela conquista delas.
- Defendemos o direito à autodefesa dos trabalhadores nas periferias, nos quilombos, nas aldeias, nas comunidades de pequenos e médios trabalhadores rurais. Estes devem formar suas guardas de defesa, com auxílio e entrega de armas pelo Estado. É preciso que o povo organizado tome para si a defesa de nossas vidas e de nossa terra.

ESPORTE E LAZER | ACESSO À PRÁTICA ESPORTIVA PARA TODOS

Incentivar e investir em Esporte e Lazer é uma prioridade para alcançar os trabalhadores. Trata-se de uma questão de saúde pública. É necessário tempo livre para que os trabalhadores se dediquem ao lazer e à cultura corporal. É fundamental oferecer condições para que jovens, adultos e idosos tenham acesso e acompanhamento com profissionais habilitados à prática de esportes nos bairros, comunidades e distritos. Nossa cidade sempre foi um celeiro de craques do futebol e de muitos atletas que se destacaram em outras modalidades, há um grande potencial.

Nossa Proposta:

- Construção de ginásios poliesportivos e clubes populares nos bairros, com profissionais habilitados trabalhando e organizando a participação popular.

- Construção do Estádio Municipal com capacidade para 15.000 torcedores. Construção do Ginásio Municipal em condições de se trabalhar várias modalidades. Construção de quadras e melhorias das praças nos bairros, comunidades e distritos.
- Investimento e apoio à Liga Municipal de Desportos e Clubes para a realização de campeonatos e copas. Buscar junto aos clubes existentes na cidade garantir o trabalho desde o Sub-08 até a categoria Master. Incentivo e investimento em todos os campeonatos tradicionais de nossa cidade.
- Oferecimento à população de baixa renda de projetos das diversas áreas da cultura corporal: ginástica, esportes, luta, jogos e dança.
- Incentivo aos projetos sociais de artes marciais e investimentos em esportes especializados.
- Garantir lanche, material esportivo e estrutura às crianças cadastradas no programa que o PSTU vai criar chamado Jovens Atletas de São João del-Rei.
- Preservação das áreas públicas de lazer ainda existentes nos bairros e a criação de novas áreas através de desapropriações de terrenos que servem de especulação imobiliária.

COMBATE AO RACISMO, AO MACHISMO, À LGBTIFOBIA, À XENOFOBIA E À EXPLORAÇÃO

COMBATE AO MACHISMO

A luta contra o machismo e todas as formas de opressão faz parte da construção de uma nova sociedade. É necessário que a prefeitura tenha políticas concretas para transformar a vida das mulheres trabalhadoras, pois o machismo as ataca na educação, na saúde, nas relações pessoais e de emprego. Apesar de uma certa ilusão de que as mulheres estão emancipadas, a realidade mostra que elas continuam ganhando salários menores do que os homens ocupando o mesmo cargo, sofrem violências cotidianas por serem mulheres e enfrentam a combinação do machismo com a exploração.

Sabemos que as eleições não resolvem os problemas da classe trabalhadora, mas não podemos deixar de colocar esse assunto como central em nossas discussões e propostas para a cidade.

Emprego

O machismo se manifesta nas ocupações e no mercado de trabalho. As mulheres enfrentam mais desvantagens na inserção no mercado, na segregação ocupacional e nos rendimentos médios. No quarto trimestre de 2023, a taxa de desemprego entre as mulheres era de 9,2% e a dos homens era de 6,0%. Para as mulheres negras, o índice de desemprego chegou a 11,1%, segundo a PNAD Contínua. Em Minas Gerais, no primeiro trimestre de 2023, a taxa de desemprego entre as mulheres foi de 8,4% e a dos homens de 5,7%.

Lembramos que muitas empresas, durante períodos de crise, sabem que as mulheres, por receberem salários menores e estarem mais dispostas a aceitar piores condições de trabalho para sustentar suas famílias, são mais vulneráveis. As empresas também aproveitam a reforma trabalhista para propor contratos temporários e fragilizar as relações trabalhistas, sem garantias.

Além do desemprego, em 2023, as mulheres receberam uma média salarial de R\$ 2.562, enquanto os homens receberam R\$ 3.323, ou seja, 22,3% a menos. Esses elementos afetam ainda mais as mulheres negras, que, em 2023, tiveram uma renda média de R\$ 1.582, um valor 47% menor que a média da população, que foi de R\$ 2.982. Muitas vezes, essas mulheres são chefes de família, enfrentam empregos mais precarizados, recebem menores salários e possuem menor índice de escolaridade. Em momentos de crise, as mulheres negras são as mais afetadas pelo desemprego ou por empregos altamente rotativos.

- Licença Maternidade de 6 meses e como direito, rumo a 1 ano;
- Licença Paternidade de 40 dias;
- Emprego pleno a todas as mulheres;
- Igualdade salarial entre homens e mulheres: Criação de lei que impeça a contratação com salário diferenciado para o mesmo trabalho, proibindo todas as formas de flexibilização contratual que geram desigualdade salarial entre homens e mulheres;

Sobrecarga no Trabalho

A dupla jornada de trabalho afeta diariamente as mulheres, que conciliam trabalho doméstico com um ou dois empregos. Segundo o DIEESE, em 2022, as mulheres dedicam, em média, 17 horas ao trabalho doméstico, enquanto os homens dedicam 11 horas para as mesmas obrigações. A Reforma da Previdência ataca o direito dos trabalhadores, especialmente das mulheres, já que a igualdade na idade de aposentadoria não leva em consideração essa dupla jornada de trabalho.

A redução da jornada para 30 horas semanais, sem redução na remuneração, e o combate à precarização do trabalho, tanto na iniciativa privada quanto no serviço público, são necessidades para melhorar a vida dos trabalhadores e especialmente das trabalhadoras. É ainda necessário garantir previdência às donas de casa, já que muitas vezes seu trabalho não é reconhecido.

Direito a Creches e Restaurantes Populares

O tema da educação afeta diretamente as mulheres da cidade. O cuidado com os filhos, em geral, é colocado sobre as mães, mas esse cuidado também deve ser uma responsabilidade do Estado. O Estado precisa garantir, além da educação, a segurança e a saúde das crianças para que as mães possam trabalhar e se desenvolver profissionalmente. Essa responsabilidade recai sobre as mulheres, que são as mais cobradas por garantir a educação para as crianças e adolescentes, seja para conseguir a matrícula em uma escola quanto para a educação em si, já que a maioria dos profissionais da educação são mulheres.

O combate à sobrecarga de trabalho das mulheres deve ser uma prioridade para a Prefeitura de São João del Rei. É essencial ampliar e melhorar a qualidade das creches municipais, com a criação de creches que funcionem em horários alternativos, a fim de atender às mulheres que trabalham em período noturno, aos finais de semana ou em regime de plantão. Todas as crianças têm direito a uma vaga em uma creche próxima de sua casa ou do local de trabalho dos pais. Garantir esse acesso é, além de um direito das crianças, um direito das mulheres. Da mesma forma, é importante construir mais restaurantes populares para atender às necessidades das famílias. Essas medidas visam fortalecer e reduzir a carga do trabalho doméstico sobre as mulheres.

Violência

A violência contra a mulher e seu crescimento nos últimos anos mostram a face mais cruel do machismo em nossa sociedade. Os números no Estado de Minas Gerais são alarmantes, mesmo sendo subnotificados. Segundo o Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais, ocorreram, em 2023, 183 casos de feminicídio no Estado e 154.742 casos de violência contra a mulher. Lembramos que esses são os dados oficiais, não sendo os dados reais, já que muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades para denunciar seus agressores antes de serem mortas. As violências físicas (homicídio, agressões e estupro) e psicológicas (ameaças, constrangimentos, sequestros e cárcere privado) são exemplos de agressões cometidas contra as mulheres cotidianamente.

Só este ano dois casos de feminicídios brutais registrados ganharam repercussão nas mídias, em janeiro uma mulher de 63 anos do bairro Matosinhos e em maio uma mulher de 40 anos no bairro Alto das Mercês. Os números de casos de violência contra a mulher em São João del Rei são alarmantes, em 2023 foram 629 boletins de ocorrência e, somente no primeiro trimestre de 2024 foram 167 registros de violência contra mulher.

São João del Rei possui uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, porém funciona apenas em horário comercial. Delegacias de mulheres que funcionem 24 horas por dia, inclusive em feriados e finais de semana, são fundamentais, pois é fora do horário comercial que ocorrem a maior parte das ocorrências de violência doméstica. Na cidade falta, também, acolhimento adequado às vítimas de violência. Existe uma casa de passagem, mas ela não é especializada para atender apenas a demanda de violência de gênero; é desestruturada e insuficiente, sendo necessária a criação de casas-abrigo para proteção das mulheres vítimas de violência que estejam sob ameaça de morte. Além disso, as medidas protetivas, que teoricamente são concedidas em até 48 horas, não são eficazes, já que existem poucos oficiais de justiça para comunicar os agressores.

Além dos pontos citados acima, é importante que a rede de enfrentamento à violência contra a mulher seja ampliada, com serviços de saúde e assistência social que atendam à demanda em sua totalidade e integralidade. É necessária e urgente a criação de um Centro Especializado de Atendimento à Mulher Vítima de violência, que garanta atendimento e acompanhamento social, psicológico e jurídico à mulher nessa situação, em articulação com os serviços de saúde e policiais.

Importante a existência de campanhas educativas permanentes sobre a temática, envolvendo as secretarias de assistência social, educação e saúde.

Também é necessária a ampliação da atual Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica, da Polícia Militar, além da formação de policiais civis, militares e autoridades do judiciário para lidar com a demanda.

Defendemos a formação de grupos comunitários de autodefesa encarregados de controlar e trabalhar conjuntamente com policiais nos bairros, subordinados aos conselhos populares de segurança, formados por associações de bairros, sindicatos, organizações populares e de mulheres. Todos e todas devem receber treinamento militar, de combate a incêndio, enfermagem e estar preparados para intervir nas agressões sofridas pelas mulheres.

Um programa contra a violência deve combinar um programa pela melhoria nas condições de vida das mulheres, de modo que elas tenham acesso à saúde, educação, moradia e salários dignos, não ficando refém do agressor. A criminalização é uma maneira de combate, mas o centro da nossa intervenção é atacar as condições sociais que levam à violência ou que obrigam a mulher a se submeter.

Direitos Reprodutivos, Sexualidade e Aborto

O aborto é uma das maiores causas de mortalidade materna, decorrente da não legalização e criminalização. O número de pessoas com útero que morrem vítimas de aborto ilegal por ano no país ainda é alto. O aborto também é um problema de saúde pública, que atinge principalmente as mulheres trabalhadoras, pois são elas que não possuem dinheiro e acesso a clínicas particulares e acabam fazendo o aborto em casa, sem segurança ou acompanhamento. Além disso, há gastos com internações causadas por complicações de aborto.

Infelizmente, temos uma prefeitura e uma câmara municipal que desrespeitam a saúde das mulheres. Foi aprovado por unanimidade, com abstenção da bancada do PT, na câmara dos vereadores de São João del Rei, o projeto de lei apresentado pelo vereador Profº Leonardo, que institui o "Dia Municipal do Nascituro". O projeto segue a linha de movimentos da ultradireita e setores conservadores que querem impedir o avanço da discussão sobre a descriminalização do aborto. É uma ideia absurda instituir direitos civis e penais a embriões, enquanto as mulheres com vida desenvolvida não têm autodeterminação e liberdade sobre seus corpos, morrendo em procedimentos clandestinos. Só é possível reduzir, e até extinguir, os abortos clandestinos legalizando o aborto, permitindo controle e condições adequadas para preservar a vida das mulheres.

COMBATE À LGBTIFOBIA

Abolir as diversas formas de opressão pressupõe, necessariamente, a construção de uma nova sociedade. No contexto do capitalismo, a superexploração da classe trabalhadora é a estratégia que o sistema utiliza para superar crises e manter as taxas de lucro para uma pequena parcela da população. Nesse cenário, o aprofundamento das opressões gera mais exploração, e as opressões caminham lado a lado com a superexploração, revertendo-se em lucro para grandes empresários e em subemprego, informalidade e desemprego para a classe trabalhadora.

Vivemos um momento de crise do capitalismo, que também gera uma ascensão da direita e extrema-direita no mundo, com governos liberais na política econômica, mas extremamente conservadores nos costumes. Esses governos, imersos em preconceito, discurso de ódio, discriminação e violência, perseguem a população LGBTI+, tendo como agenda o extermínio dessa população. As formas de violência sofridas pela população LGBTI+ incluem discriminação no trabalho, limitações em contratações de emprego e salários mais baixos; em casa, com surras, estupros corretivos e expulsão do lar; nas instituições de ensino, levando muitas vezes ao abandono escolar; nos dispositivos de saúde, que frequentemente negam atendimento ou minimizam as especificidades da população LGBTI+, e em diversos aspectos da vida, muitas vezes levando a torturas e assassinatos.

O Brasil mantém, há mais de quatorze anos, a vergonhosa marca de país que mais mata e assedia pessoas LGBTI+ no mundo. Segundo o Grupo Gay da Bahia, em 2023, houve 257 mortes violentas de LGBTI+, uma morte a cada 34 horas, sendo 127 travestis e transgêneros, 118 gays, 9 lésbicas e 3 bissexuais, além de 20 suicídios.

Nossa cidade precisa de centros especializados de saúde e assistência social voltados à população LGBT, com atendimento psicossocial, acompanhamento médico e terapias hormonais às pessoas trans que assim o desejarem.

COMBATE AO RACISMO

Tanto a escravidão quanto a superexploração de negros e negras são sustentados pela ideologia do racismo. O racismo divide a classe trabalhadora, impedindo a união de negros e não negros para combater a burguesia e derrubar seus privilégios.

O Brasil é de maioria negra. No Censo de 2022, pela primeira vez, a porcentagem de pessoas que se autodeclararam negras é superior à das que se autodeclararam brancas. O país possui 45,3% de pardos, 10,2% de negros e 43,5% brancos. Isso reflete a discussão racial no país, permitindo que mais pessoas se autodeclararam negras e se reconheçam racialmente.

A não reparação da escravidão levou a população negra a se concentrar nas periferias, e a pobreza é cada vez mais empurrada para fora do centro das cidades, resultado da especulação imobiliária e da ausência de espaço a ser construído nas metrópoles. Formaram-se regiões periféricas com maior concentração de negros/as, enquanto os bairros das regiões centrais são predominantemente habitados por brancos. Isso traz consequências para as políticas públicas de habitação, saneamento básico, saúde, educação, transporte e mobilidade, além de locais de lazer e diversão. Enquanto nas periferias a mobilidade é dificultada pela redução de linhas de ônibus e a política cultural é deixada à margem, nas regiões centrais da cidade esses problemas não são tão evidentes.

Em São João del Rei e região infelizmente é frequente casos de racismo e de trabalhos análogos a escravidão, como em 2021 quando houve denúncia ao MP de uma família rica da cidade que mantinha um idoso como caseiro em condições precárias, diversos casos de carvoarias em condições insalubres, trabalho rural sem proteção legal, subemprego, etc. Na maioria dos casos envolvem trabalhadores negros pauperizados.

É necessário desenvolver políticas para a cidade que considerem as necessidades estruturais mais imediatas e entendam que o combate ao racismo também é um elemento importante na formulação de políticas públicas. Sem essa perspectiva, as diferenças raciais existentes serão mantidas na estruturação da cidade.

NOSSO PROGRAMA: COMBATER TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO

Não defendemos as eleições como uma solução para as opressões em nossa sociedade, pois sabemos que a democracia burguesa não tem esse interesse, mas acreditamos que é imprescindível o debate e a luta contra essas opressões. Não podemos nos furtar de apresentar um programa que tenha como tema central o combate às opressões, e por isso, as candidaturas do PSTU apresentam propostas que buscam, em última instância, a organização da classe trabalhadora para destruir este sistema e construir uma sociedade socialista onde medidas concretas de combate às opressões poderão ser implementadas.

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais os setores da classe trabalhadora. Assim, o racismo, o machismo e a LGBTIfobia, além de dividir a classe, são instrumentalizados para aumentar os lucros do capital e significam, para esses setores, uma brutal violência diária por parte da polícia.

Defendemos o combate a todas as formas de opressão. Pelo fim do genocídio da juventude negra, regularização das terras quilombolas, garantia de direitos, papéis e fim do preconceito contra imigrantes e pela criminalização da LGBTIfobia. É necessário criar empregos na cidade que levem em conta as desigualdades oriundas das opressões, junto com a implementação real da legislação que equipara salários, levando em conta a disparidade salarial entre negros e brancos, entre homens e mulheres e a população LGBTI+.

Garantir a construção de lavanderias e restaurantes públicos para que o trabalho doméstico seja garantido pela cidade e não apenas pelas mulheres, já que a grande maioria do trabalho doméstico recai sobre elas.

Implementar políticas públicas reais de combate à violência contra a mulher. Aplicar e ampliar a Lei Maria da Penha, com mais construções de casas-abrigo, delegacias especializadas em violência contra a mulher e Centros Integrados de Atendimento à Mulher para atendimento social, psicológico, médico e jurídico às vítimas de violência. Além disso, é necessário qualificar mais os órgãos de segurança para o atendimento às mulheres violentadas e ampliar a capacidade de atendimento da cidade, garantindo um julgamento efetivo dos casos de violência pelo Poder Judiciário.

Lutar pela legalização e descriminalização do aborto. Oferecer contraceptivos gratuitos nas Unidades Básicas de Saúde, como DIU, pílula anticoncepcional, pílula do dia seguinte e camisinhas, sem burocracia. Garantir o direito à ligadura de trompas realizada pelo SUS para qualquer mulher que deseje, independentemente da autorização do parceiro. Ampliar os dispositivos de saúde para a realização de abortos legais, sem constrangimento ou criminalização.

É preciso educação sexual nas escolas de forma laica, que auxilie mulheres e LGBTI+ a compreenderem seus corpos e suas sexualidades, combatendo o preconceito e a discriminação. A violência contra LGBTI+ atinge números alarmantes na cidade, sendo necessária uma criminalização efetiva e a ampliação das Delegacias Especializadas em crimes de LGBTIfobia. Além disso, é preciso ampliar as casas de abrigo para acolhimento e a política habitacional para garantir moradia à comunidade LGBTI+ vítima de violência. Expandir e aplicar a Lei do Racismo (Lei n.º 7.716/1989) que prevê em seu artigo 20 o crime de injúria em casos de ofensa homofóbica ou transfóbica. A saúde LGBTI+ é frequentemente negligenciada; portanto, é necessário elaborar políticas de saúde específicas e criar dispositivos de saúde especializados. A criação de Conselhos Populares é importante para pensar políticas e autodefesa da população LGBTI+.

A luta contra o racismo deve englobar políticas concretas contra o genocídio da juventude negra, pela desmilitarização da PM, pelo fim dos autos de resistência, contra a redução da maioridade penal, contra o uso de reconhecimento facial para prisões, pela legalização de todas as drogas com produção e controle pelo Estado e pela revogação da Lei Anti Drogas (2006).

MORADIA | HABITAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

A falta de moradia é um problema presente em muitas cidades brasileiras, resultado de um processo de ocupação espacial desigual e violento, que assegurou a manutenção do sistema capitalista desde a época colonial. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2020, aproximadamente 1,5 milhão de brasileiros estavam sem-teto.

Em São João del Rei, o crescimento urbano favoreceu os bairros centrais, enquanto a periferia carece de planejamento e condições de moradia adequadas. Entre março de 2023 e março de 2024, o número de famílias em situação de rua aumentou 53%, totalizando 272 famílias em janeiro de 2024.

A desigualdade social é um dos principais fatores da crise de moradia. Na cidade, 15% da população tem uma renda per capita de até R\$218,00 por mês. Essa situação dificulta o acesso à habitação para muitas famílias, que acabam buscando alternativas em áreas informais ou vivendo em ocupações.

A falta de moradia adequada afeta a saúde e o bem-estar das pessoas. Famílias sem acesso a moradias dignas enfrentam problemas de saúde, como doenças respiratórias, de pele e transmitidas por vetores, além de impactos psicológicos significativos, como depressão e ansiedade.

O aumento da violência nas áreas afetadas é outra preocupação. A ausência de infraestrutura e serviços básicos pode propiciar o crescimento da criminalidade, especialmente entre os jovens. O Relatório de Segurança Pública de Minas Gerais indica que áreas com maior concentração de ocupações irregulares têm índices de criminalidade mais elevados.

Para enfrentar a crise habitacional, é essencial que o governo municipal implemente políticas públicas efetivas, incluindo a construção de novas unidades habitacionais em locais bem localizados e acessíveis, além da regularização das ocupações para garantir acesso a serviços básicos como água, esgoto e eletricidade.

Medidas para superar o déficit habitacional:

- Desapropriação, sem indenização, de imóveis vagos pertencentes a grandes empresários que não representam complemento de renda da população trabalhadora empobrecida.
- Readequação de imóveis públicos inutilizados para uso habitacional e regularização de ocupações urbanas.
- Implementação de IPTU progressivo, isentando a população com renda de até 5 salários-mínimos.
- Cadastro de desempregados e o apoio à retomada da construção de moradias populares para as famílias mais pobres, pelo sistema de mutirão.
- Criação de uma empresa municipal de obras públicas para construção ou readequação de moradias e imóveis existentes, em parceria com a universidade federal, gerando emprego e renda para a população sob controle dos trabalhadores.
- Controle dos preços dos aluguéis.
- Universalização do saneamento básico.

SANEAMENTO | A ÁGUA NÃO UMA MERCADORIA.

O DAMAE é um patrimônio importante e tem uma identidade na cidade, principalmente entre os mais pobres. No entanto, a autarquia vem sendo continuamente sucateada e dilapidada. Sua infraestrutura está obsoleta, as condições de trabalho são insalubres e o fornecimento de água é de má qualidade, além dos frequentes desabastecimentos. Isto não é por acaso; há um forte “lobby” para que o fornecimento de água e esgoto seja integralmente privatizado.

Em abril, o DAMAE encerrou o mês com um déficit de 271,51% no saldo, resultante de um aumento de R\$ 1.710.353,48 na despesa, comparado ao mesmo período do ano anterior. Em abril de 2024, apresentou um saldo negativo de R\$ 848.220,59. Apesar do aumento de 18,09% nas receitas, as despesas cresceram 111,23% em comparação ao mesmo período do ano passado. Assim, a instituição acumula no ano um déficit de R\$ 6.121.891,85.

Claramente, há uma tentativa de inviabilizar a existência de uma empresa pública através do endividamento, corrupção, exploração e desvalorização dos trabalhadores. É provável que se apresentem soluções como Parcerias Público-Privadas (PPP) para viabilizar a entrada do setor privado na cidade.

A COPASA não é muito diferente, passando por um processo similar, com a particularidade de ser uma empresa estatal de economia mista, atuando inteiramente

na lógica do lucro. Há planos de privatizar totalmente a empresa, que já cobra altos valores (inclusive uma taxa de esgoto descabida) e mantém reservatórios sujos que não atendem à demanda dos bairros em que opera. Há indícios de que a empresa se prepara para abdicar do atendimento às cidades de pequeno porte, obviamente para atender aos acionistas privados que buscam as melhores taxas de retorno e o mínimo de investimento.

Defendemos:

- Água como Bem Natural Comum: A água deve ser tratada como um bem natural comum a todos, não uma mercadoria.
- Estudo das contas do DAMAE: Realização de uma auditoria nas contas do DAMAE para acabar com o uso político da autarquia e colocá-la sob o controle dos conselhos populares deliberativos.
- Investimentos na modernização: Modernizar as redes de fornecimento e tratamento de esgoto.
- Tarifa Social Progressiva: Implementar uma tarifa social progressiva, onde quem tem mais paga mais, e os desempregados e mais pobres não pagam.

MEIO AMBIENTE | LUTAR PELA PRESERVAÇÃO

O planeta está registrando temperaturas recordes. O aquecimento global, produto da emissão de CO2 na atmosfera, ameaça as condições de vida de grande parte da humanidade. Basta vermos os desastres cada vez mais frequentes e fatais provocados pelos eventos climáticos extremos. Secas históricas, incêndios nos diversos biomas (Floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado) e a tragédia no Rio Grande do Sul escancaram a barbárie para onde o capitalismo está nos levando.

O capitalismo impede a mudança da matriz energética para uma fonte limpa, pois isso tem altos custos, geraria uma diminuição nos lucros dos grandes grupos bilionários e enfrentaria o agronegócio e o latifúndio, que fazem a apropriação privada das terras. O papel cumprido pelos governos também é outra demonstração da perversidade do sistema. Prefeituras, governos estaduais e Governo Federal são responsáveis pelas privatizações, pela destruição dos serviços públicos e pela falta de políticas de prevenção a desastres.

A devastação ambiental se expressa em nosso município em eventos como queimadas na Serra de São José e Serra do Lenheiros, secas prolongadas além do inverno nos rios das Mortes e Carandaí, ameaçando desabastecimentos e, por outro lado, enchentes repentinas no verão trazendo destruição e impactos na vida dos sanjoanenses.

Mais recentemente, enfrentamos a ameaça da privatização do mangue na Serra de São José e decisões indiscriminadas de cortes de árvores. A mobilização da população impediu parte do avanço dessa política, mas é preciso avançar na defesa do meio ambiente porque somos parte integrante e dependente do ecossistema.

A Serra de São José e a Serra do Lenheiros são patrimônios valiosos de nossa região. Esta última foi tornada Parque Ecológico formalmente, mas não há preservação efetiva, controle e participação da população para a preservação. Há, nos dois casos, o interesse predatório de mineradoras que ameaçam a contaminação dos mananciais, impacto geológico, ameaçam espécies e a interdição às pessoas, ou mesmo a mercantilização desse bem público. Os moradores das Águas Gerais e Gameleira são exemplos, pois sofrem com falta de água e ameaça do avanço dos interesses privados recorrentemente.

A remoção das árvores traz preocupações, já que a falta de arborização contribui para um "microclima pesado", intensificando a sensação de calor. As árvores desempenham um papel crucial na regulação do clima, da umidade do ar e na redução da poluição, proveniente tanto de veículos quanto de atividades industriais. Portanto, a remoção delas resulta na perda desses benefícios.

É necessário política preventiva, desassoreamento e sistema de tratamento dos rios e córregos, mapeamento, monitoramento e estratégia de geoconservação fundamentadas. Mas também uma brigada de combate a incêndios efetiva, dando treinamento e sendo gerida por conselhos compostos pelos moradores dos arredores, no sentido de coibir atividades não autorizadas, desde acampamentos, trilhas até empreendimentos privados.

A Defesa do Meio Ambiente é Garantia de Vida

São João del-Rei possui um rico bioma, cercado pela Serra de Tiradentes e do Lenheiros e o Rio das Mortes que corta a história e a vida cotidiana da cidade. Muito pouco é feito para manutenção, preservação e reconhecimento desse patrimônio. A água, que é abundante na região, é um bem comum e deveria ser tratada e distribuída adequadamente. O que se vê nos bairros é falta de água constante e má qualidade para consumo.

Isto acontece porque se trata a água como mercadoria e o DAMAE como negócio. Prefeitos estão há décadas sucateando e fazendo da autarquia um cabide de emprego para pavimentar o caminho da privatização, que representaria contas caras e serviço precário, já que a finalidade é o lucro!

Defendemos:

- Fortalecer e colocar o DAMAE sob controle e a serviço dos trabalhadores, profissionais concursados e tarifas com critérios sociais progressivos (quem tem mais, paga mais!);
- Punir os grandes produtores industriais e rurais que não têm política de diminuição e tratamento de resíduos;
- Implementação de Aterro Sanitário e Estação de Tratamento de Esgoto;
- Implementar a coleta seletiva na cidade valorizando os profissionais da limpeza urbana e dando condições de trabalho dignas e seguras.
- Despoluição e revitalização do Rio das Mortes, Rio Carandaí, córregos e mananciais.

Democratização da Arte e da Cultura em São João del Rei

São João del Rei é uma cidade que produz muita riqueza e sofre as mazelas do capitalismo. É um lugar de grandes desigualdades sociais e humanas, mas também um lugar onde é fácil ver, ouvir, sentir e viver a riqueza das manifestações sociais e culturais. Arte na cerâmica, congado, capoeira, hip hop, conservatório, orquestras, bailes nos clubes, entre tantas outras formas de expressão artística e cultural.

Porém, não há qualquer iniciativa por parte do poder público para fomentar a arte em suas diversas manifestações, principalmente a arte marginalizada como Congado, Hip-Hop e o samba. Nossa cidade encontra-se abandonada e a riqueza cultural existente por trás de toda sua história está esquecida. Por outro lado, há iniciativas independentes importantes, como a batalha da estação, onde grupos de jovens se reúnem na praça da estação, biquinha, rodoviária velha e outros locais para realizar batalhas de MC's. O movimento Hip-Hop tem uma longa trajetória na cidade, sua atuação salva vidas, dá perspectiva e conhecimento à juventude, mas atualmente não tem nenhum apoio da prefeitura, nem espaço e muito menos financiamento para incentivar a cultura nos bairros.

Os artistas de rua sobrevivem de farol em farol, quando também poderiam ter uma integração importante na ludicidade das escolas. Temos um curso de teatro muito bem estruturado, um teatro municipal belíssimo, mas as portas parecem não estar abertas ao diálogo com os sanjoanenses para produzir e desfrutar dos palcos. É preciso campanhas que tragam ao conhecimento da população que temos este espaço e que ele deve ser ocupado e compreendido para ser melhor protegido da ganância do capital.

Em Defesa da Arte Livre, Acessível e Popular

A arte sofre pressões constantemente para que seja enquadrada, empacotada e mercantilizada. Mas arte é livre, e nisto reside seu papel emancipador, não devendo ter nenhuma amarra política e econômica. Isto não quer dizer que não haja políticas públicas que possibilitem a disseminação da arte e a valorização dos artistas. É preciso promover eventos que deem projeção aos músicos, escritores, poetas, pintores, artesãos, artistas plásticos, enfim, toda a classe artística em torno do turismo e da valorização do conteúdo local, que deveria ser o carro-chefe de uma cidade com patrimônio tão diverso.

As políticas públicas de cultura devem voltar-se centralmente para a constituição de uma perspectiva crítica e ativa dos indivíduos no processo social, político e cultural enquanto protagonistas de transformações políticas, sociais e culturais. Também precisam ter como princípios a garantia das liberdades de expressão e a defesa da diversidade.

Para isso, as políticas públicas de cultura precisam se articular com as políticas públicas municipais de várias áreas (Educação, Planejamento e Reforma Urbana, Esporte e Lazer, Patrimônio Histórico, Combate às Opressões e Saúde), assim como se apoiar exclusivamente nos recursos públicos, de âmbito municipal, estadual e federal.

São os trabalhadores os protagonistas centrais dos processos culturais na sociedade, que preservam e recriam continuamente suas identidades sociais, reinventam modos de vida e existência, assim como suas expressões artístico-culturais. Cabe à prefeitura e ao poder público possibilitar a dinâmica cultural, por meio do estímulo à criação, acesso e formação às múltiplas expressões de arte e da garantia da manutenção da cultura popular ameaçada pelos processos de mercantilização.

Emprego e Renda

É preciso que o poder público reconheça como funcionários públicos os produtores e artistas culturais, garantindo-lhes remuneração adequada, condições de trabalho como espaço e instrumentos de trabalho adequados (equipamentos culturais) e direitos trabalhistas, assim como os demais trabalhadores. A grande maioria dos produtores culturais e artistas vive sem nenhuma garantia de renda e trabalho, necessitando vender seu trabalho e sujeitando a arte e a cultura aos interesses do mercado de entretenimento, ou vive pulando de projeto em projeto sem conseguir dar continuidade a um determinado trabalho criativo. A edificação de equipamentos públicos garantindo as condições de trabalho e o assalariamento dos profissionais via Secretaria de Cultura do Município garantirá a verdadeira liberdade artística e maior fomento à produção de arte e bens culturais. Acreditamos que a cultura tem que ser política de Estado, neste sentido apresentamos as seguintes propostas:

Nosso Programa

Em nosso programa pretendemos pensar em polos culturais nos bairros mais pobres, para que exista de fato um estímulo à cultura verdadeiramente popular. Achemos fundamental ampliar os programas de apoio a jovens artísticos, sejam eles de música, teatro ou dança, o que se torna fundamental para pensar em uma cidade culturalmente completa. Lutamos para que os conselhos populares possam democratizar, incentivar os espaços já existentes (teatros, museus, cinema, etc.) e criar condições de infraestrutura para difusão dos diversos movimentos culturais e artísticos (congadeiros, poetas, hip-hop, artistas plásticos, etc.).

Defendemos:

- Criação de conselhos populares de cultura diversificados e um conselho municipal geral de cultura;
- Aumento dos recursos financeiros para a área cultural, que devem ser definidos e geridos pelos conselhos populares;
- Identificação das expressões e movimentos culturais na cidade, cadastramento desses movimentos, a fim de garantir a construção de equipamentos culturais necessários para garantir todas as condições de trabalho e o assalariamento dos profissionais com todas as garantias trabalhistas;
- Construção de centros de referência em defesa das manifestações culturais de tradição contra a gentrificação e mercantilização das tradições culturais;
- Ampliação e construção de centros culturais na cidade, com uma programação ampliada e diversa;

- Preservação e respeito aos artistas e artesãos de rua;
- Garantir que os programas de fomento à produção cultural priorizem a expressão popular negra, quilombola, periférica e de bairros populares;
- Desenvolver políticas culturais que priorizem os trabalhadores e a juventude com o objetivo de torná-los protagonistas de ações culturais no espaço da cidade, por meio da constituição de polos culturais nas regiões periféricas do município.

JUVENTUDE | POR EDUCAÇÃO, CULTURA E EMPREGO

A burguesia frequentemente adota uma postura hipócrita em relação à juventude. Em seus discursos, os jovens são apresentados como "o futuro do país" e "a esperança". Entretanto, na realidade, a juventude é uma das maiores vítimas da barbárie capitalista: enfrentam a falta de educação, emprego, lazer, esporte e cultura. Sem perspectivas, muitos jovens acabam marginalizados e se tornam alvos fáceis do narcotráfico e da violência, principalmente a policial.

Não é coincidência que a juventude lidera as estatísticas de desemprego. Além disso, é entre os jovens que se encontram muitas vítimas da violência, seja dos grupos de extermínio ou da própria polícia. Aqueles que conseguem emprego muitas vezes enfrentam superexploração e condições de trabalho desumanas. A falta de experiência e a condição de aprendiz são usadas como desculpa para pagar salários baixos, sem vínculos empregatícios ou direitos trabalhistas. As condições de trabalho geralmente são ruins e a carga horária superior a 40 horas semanais, obrigando-os a abandonar a escola.

Assim, a juventude se transforma em mão-de-obra barata e uma fonte segura de lucro para os empresários. Contudo, não são apenas os adolescentes que sofrem com o capitalismo; a exploração infantil também é uma fonte significativa de lucro para os capitalistas no Brasil. As condições de trabalho para as crianças são brutais e desumanas, com salários muito inferiores aos dos adultos e sem benefícios ou encargos sociais. Esse cenário resulta em jovens que repetem o ano escolar, incapazes de conciliar trabalho e estudo devido à longa e árdua jornada de trabalho.

O capitalismo impõe uma dupla violência sobre a juventude trabalhadora: a exclusão social, devido à falta de escolas e empregos, e a violência estatal, com a polícia que reprime, humilha e mata jovens pobres e negros das periferias.

A juventude é uma das principais vítimas da violência e repressão. Em escolas secundárias e faculdades pagas, por exemplo, estudantes enfrentam repressão diária da direção ao tentar organizar grêmios ou centros acadêmicos para lutar por seus direitos, ou mesmo em relação ao vestuário e comportamento. A questão das drogas está intimamente ligada à repressão policial ou dos grupos de extermínio. O homicídio é hoje a principal causa de morte entre adolescentes de 15 a 17 anos.

Propomos:

- Descriminalização do consumo de drogas, como a melhor maneira de acabar com o submundo do tráfico.
- Fim da repressão às mobilizações e entidades da juventude, permitindo a livre organização dos estudantes dentro das escolas ou faculdades.
- Fim do trabalho infantil.
- Estatização, sem indenização, de todas as empresas e fazendas que utilizam trabalho infantil, escravo de crianças e jovens, ou que exploram trabalho juvenil em longas jornadas sem carteira assinada e direitos sociais.
- Jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução de salário, para todos os jovens em idade escolar.
- Emprego com carteira de trabalho assinada e estabilidade para todos os jovens, sem diferenciação salarial por idade, sexo ou cor.
- Estágios remunerados com salários baseados no piso salarial dos profissionais da área, garantindo os mesmos direitos sociais e trabalhistas que qualquer profissional.
- Estabilidade do estagiário e efetivação como contratado em até 6 meses.
- Contra a repressão das lutas dos trabalhadores e da juventude, com a dissolução dos batalhões de choque e da cavalaria que reprimem manifestações públicas.

DISTRITOS | MOBILIDADE E INCENTIVO AS FAMÍLIAS

Os trabalhadores e trabalhadoras dos nossos distritos enfrentam desafios significativos devido ao transporte precário e de custo elevado. Essa situação é agravada pela falta de geração de empregos e pela pouca atenção às necessidades locais. Além disso, a ausência de investimentos no programa de agricultura familiar compromete gravemente a sustentabilidade e o desenvolvimento local, prejudicando a capacidade das famílias rurais de se sustentarem e prosperarem.

As condições das estradas, que estão em estado precárias, evidenciam a falta de manutenção e cuidados adequados, dificultando o acesso e o transporte de bens e pessoas. É fundamental que haja um esforço contínuo e dedicado para melhorar a infraestrutura rodoviária, garantindo que as estradas estejam em condições seguras e eficientes para todos que dependem delas.

Além disso, a juventude dos nossos distritos enfrenta a escassez de oportunidades, o que compromete seu desenvolvimento pessoal e profissional. Para garantir um futuro digno para os jovens, é essencial oferecer alternativas culturais, cursos profissionalizantes, formação ampla que os integrem ao desenvolvimento de tecnologia e aumentem suas possibilidades.

Defendemos:

- Transporte municipalizado, de qualidade e baixo custo: A implementação de um sistema de transporte eficiente e acessível, que atenda às necessidades da população de forma adequada e econômica.
- Incentivo e crédito a agricultores familiares: Oferecer suporte financeiro e técnico para os agricultores familiares, promovendo o crescimento da agricultura local e garantindo a segurança alimentar e a sustentabilidade.
- Geração de emprego e renda: Promover políticas e iniciativas que criem novas oportunidades de trabalho e aumentem a renda nas comunidades dos distritos, fortalecendo a economia local.
- Manutenção e monitoramento das condições das estradas para os distritos: Garantir que as estradas sejam regularmente mantidas e monitoradas, assegurando que estejam em boas condições para o tráfego e o transporte.
- Cursos profissionalizantes para os jovens: Oferecer cursos e treinamentos para jovens e apoiando seu desenvolvimento profissional e pessoal.

UM GOVERNO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES

Um governo socialista dos trabalhadores, formado por Conselhos Populares, terá que governar apoiado na mobilização e organização dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, para aplicar um plano econômico dos trabalhadores.

Esse governo não governará “para todos”, para “ricos e pobres”. Nenhum governo “governa para todos”, pois sempre enganam os pobres e governam para os ricos. Por isso, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Um governo socialista dos trabalhadores vai contrariar os interesses dos ricos e dos exploradores para beneficiar os pobres, os explorados e os oprimidos.

BORA FORTALECER UM PROJETO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO